



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

## **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 003/2021**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO  
DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO - PRODERJ E O  
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO –  
DETRAN/RJ, NA FORMA ABAIXO.**

**O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designado **PRODERJ**, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, inscrita no CNPJ sob o nº 30.121.578/0001-67, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 817, andares 24º e 25º, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20071-004, neste ato representada por seu Presidente, José Mauro de Farias Junior, identidade n.º 20.416.347-1 expedida pelo DICRJ e inscrito no CPF sob o n.º 021.755.857-78, e o **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designado **DETRAN/RJ**, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, inscrita no CNPJ sob o nº 30.295.513/0001-38, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 817, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-004, neste ato representada por seu Presidente, Adolfo Konder Homem de Carvalho Filho, identidade n.º 101360881 expedida pelo IFP e inscrito no CPF sob o n.º 025.739.687-07, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que será regido de forma incondicional e irrestrita, conforme definida no processo administrativo n.º SEI-150016/000585/2021, pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, bem como o Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, conforme as legislações específicas aplicáveis, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente Termo tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o PRODERJ e o DETRAN/RJ, visando à disponibilização, pelo PRODERJ, dos amparos e benefícios relacionados à Tecnologia de Informação e Comunicação especificados na “*Cláusula Terceira – Das Obrigações dos Partícipes*” e, em contrapartida, a disponibilização, pelo DETRAN/RJ, pelo período de 5 (cinco) anos e sem transferência de recursos financeiros ou ônus, dos andares 24º, 25º e 26º do edifício localizado no endereço Av. Presidente Vargas, nº 817, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20071-004, para utilização do PRODERJ para desenvolvimento de suas atividades.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

2.1 - Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

3.1 - Compete ao PRODERJ:

3.1.1 - em caso de necessidade, os servidores do PRODERJ especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC proverão ao DETRAN/RJ o suporte em TIC, no âmbito de sua especialização e capacidade operacional;

3.1.2 - prestar assessoria, consultoria e suporte de serviços de engenharia elétrica e climatização do *data center* do DETRAN/RJ;

3.1.3 - prestar apoio técnico da rede lógica e elétrica para o *data center* do DETRAN/RJ;

3.1.4 - prestar suporte técnico à redundância de dados do *data center* do DETRAN/RJ;

3.1.5 - prestar suporte ao *link* de dados da rede governo do DETRAN/RJ;

3.1.6 - prestar assessoria para desenvolvimento de sistemas de informação;

3.1.7 - prestar consultoria em análise de UX e UI de soluções; e

3.1.8 - realizar a manutenção do espaço efetivamente utilizado pelo PRODERJ nos andares 24º, 25º e 26º do edifício localizado no endereço Av. Presidente Vargas, n.º 817, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20071-004, excluindo-se as áreas comuns.

3.2 - Compete ao DETRAN/RJ

3.2.1 - disponibilizar ao PRODERJ para desenvolvimento de suas atividades, pelo período de 05 (cinco) anos e sem ônus, os andares 24º, 25º e 26º do edifício localizado no endereço Av. Presidente Vargas, n.º 817, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20071-004;

3.2.2 - realizar a manutenção das áreas comuns dos andares 24º, 25º e 26º do edifício localizado no endereço Av. Presidente Vargas, n.º 817, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20071-004.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

4.1 - As atividades decorrentes do presente Termo serão executadas fielmente pelos Partícipes, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 - As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo dar-se-ão conforme Plano de Trabalho, preliminarmente acordado entre os Partícipes, e aprovado pelas partes.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS**

5.1 - O presente TERMO DE COOPERAÇÃO não prevê a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes para sua execução. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos Partícipes. Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos Partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos e de pleitear reembolso ou compensação a qualquer título ao outro órgão partícipe.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O prazo de vigência do presente Termo é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de publicação do extrato do Termo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – DOERJ, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o disposto no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO**

7.1 - Este Termo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os Partícipes, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

8.1 - A denúncia ou rescisão deste Termo poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos Partícipes, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre os Partícipes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

8.1.1 - Constituem motivo para rescisão de pleno direito do presente Termo o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, imputando-se aos Partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

## **CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

9.1 - A publicação do presente Termo será providenciada pelo PRODERTJ, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERTJ, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONFIDENCIALIDADE**

10.1 - Os Partícipes obrigam-se por si e por seus prepostos, empregados e/ou colaboradores, a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em consequência do presente Termo, tais como informações técnicas e operacionais, tecnologia, *know how*, material impresso, documentos e informações referentes às atividades ora pactuadas, sujeitando-se às responsabilidades impostas pela Lei Federal nº 12.527/2011 e legislações correlatas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

11.1 - As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste acordo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições fixadas, firmam eletronicamente o presente TERMO, para o mesmo efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, se comprometendo a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2021.

---

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

Presidente do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro –  
PRODERTJ

---

ADOLFO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO

Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ

## Testemunhas

1.

2.

Nome: Henrique Nascimento dos Santos

Nome: Alexandre Kochem Magalhães

CPF: 086.833.067-12

CPF: 160.601.867-18



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Kochem Magalhães, Assistente III**, em 29/11/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Konder Homem de Carvalho Filho, Presidente**, em 30/11/2021, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Mauro de Farias Junior, Presidente**, em 30/11/2021, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Nascimento dos Santos, Assessor**, em 01/12/2021, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **24838785** e o código CRC **AEDB9BC0**.

Referência: Processo nº SEI-150016/000585/2021

SEI nº 24838785